

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	ESTÁGIO II									
DOCENTE	ANDRÉ PACHECO TEIXEIRA MENDES									
CÓDIGO	GRDDIREST002	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	8º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	45h	

EMENTA	Deontologia jurídica. Regulamento Geral da OAB. Código de Ética e Disciplina do Advogado. Peças jurídicas cíveis. Peças jurídicas penais. Peças jurídicas trabalhistas.									
OBJETIVOS	Desenvolver habilidades de prática jurídica nas áreas de Deontologia, Direito e Processo Civil, Direito e Processo Penal, Direito e Processo do Trabalho.									
METODOLOGIA	Exposição dialogada de conteúdos com resolução colaborativa de questões objetivas e redação de peças jurídicas.									
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.									
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.									
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.									
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.									
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.									
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.									
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.									
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.									
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.									
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.									
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.									
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.									
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.										
Outras: Apreender aspectos técnico-jurídicos da prática jurídica. Desenvolver habilidades de elaboração de peças jurídicas nas áreas penal, cível e trabalhista. Abordar aspectos relativos à ética da advocacia. Promover oficinas jurídicas sobre os conteúdos abrangidos pela 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO										
AULA	TEMA									
1	Deontologia									
2	Direito e Processo do Trabalho									
3	Direito e Processo Penal									
4	Direito e Processo Civil									
5	Direito Constitucional									
6	Direito e Processo do Trabalho									
7	Simulado OAB									
8	Direito e Processo Penal									
9	Direito e Processo Civil									
10	Deontologia									
11	Direito Tributário									
12	Deontologia									

13	Simulado OAB
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Entrega das peças processuais e do desempenho nos Simulados da OAB, obedecendo à seguinte fórmula: • 6,0 pontos (1,0 ponto por peça processual) + 4,0 pontos (2,0 pontos por Simulado) = 10,0 pontos (somatório é a nota final do aluno)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRASIL. Código de Ética e Disciplina da OAB. Disponível em: http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/codigodeetica.pdf ; BRASIL. Lei Federal nº 8.906 de 4 de julho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm BRASIL. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Disponível em: http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/RegulamentoGeral.pdf .
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do trabalho. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.